



PRÁTICAS DE EMPODERAMENTO NA CONSTITUIÇÃO DE PESSOAS SURDAS

Eixo 07 - Educação, Comunicação e Práticas Inclusivas

Rachel Colacique¹
Mirian Maia do Amaral²
Rosemary dos Santos³

RESUMO

Neste artigo, objetivamos compreender os usos que a comunidade surda faz das redes sociais para dar visibilidade as suas ideias, experiências e narrativas, com vistas a sua inclusão no cenário contemporâneo. Nesse contexto, apresentamos práticas de empoderamento utilizadas pelos surdos na constituição de suas identidades. Para tanto, bricolamos os princípios da multirreferencialidade com a abordagem da pesquisa com os cotidianos e, junto com os nossos praticantes, vivenciamos diversas práticas e acontecimentos que potencializaram suas produções, tanto em seus aspectos linguísticos quanto culturais, mobilizando saberes e fomentando aprendizagens. Desse modo, pudemos perceber uma contribuição significativa do digital em rede para as línguas de sinais e as comunidades de surdos ao redor do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Cibercultura; cotidianos; multirreferencialidade; visualidades; empoderamento surdo.

ABSTRACT

In this article, we aim to understand the uses that the deaf community makes of social networks to give visibility to their ideas, experiences and narratives. with a view to their inclusion in the contemporary setting. In this context, we present the practices of empowerment used by the deaf in the constitution of their identities, throughout the investigative process. In order to do so, we will bricolate the principles of multireferentiality as an approach to daily life research and, together with other practitioners, we experience different practices and events that demonstrate their potential or their products and their own services. In this way, we were able to see a significant contribution from digital networking to sign languages and deaf communities around the world.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutora em Educação em Educação; GPDOC UERJ – Grupo de Docência Cibercultura; e-mail: r.colacique@gmail.com.

² Fundação Getulio Vargas; Doutora em Educação; GPDOC RURAL – Grupo de Pesquisa Docência Cibercultura; e-mail: amaral3378@gmail.com.

³ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Doutora em Educação; EDUCIBER – Grupo de Pesquisa Educação e Cibercultura; e-mail: rose.brisaerc@gmail.com.



KEYWORDS: Cyberculture; everyday life; multireferenciality; visualities; deaf empowerment.

Introdução

A história da educação de surdos, em todo o mundo, em diferentes épocas, é marcada pelas mais diversas formas de exclusão, silêncio e silenciamentos. Inúmeros relatos mencionam mortes, torturas, segregação do convívio social, entre outras atrocidades cometidas contra as pessoas surdas. Ao longo do tempo, a educação de surdos é transversalizada por questões clínicas, assistencialistas, sociais, pedagógicas, religiosas e políticas, que resultam em diferentes práticas educativas que, além de produzirem saberes que nos ajudam a olhar e compreender esses sujeitos, também os subjetivam, na medida em que esses indivíduos passam a se olhar pelas lentes de quem os estuda. Desse modo, acabam construindo suas identidades em contextos nos quais o discurso estereotipado da normalização tenta lhes impor limitações, em virtude de suas perdas auditivas. Essa é a história que os traz até aqui. Pelo menos é a história que a História conta.

Mas a história não é feita somente daquilo que querem contar aqueles que têm o poder de narrá-la. Apesar dessa construção ser forjada, também, no aparente silêncio daqueles que a vivenciam, cotidianamente, os surdos, munidos de esperança, lutaram e resistiram – cada um a sua maneira – às inúmeras tentativas sociais de mascaramento de suas personalidades. Preservaram a língua de sinais, não obstante toda pressão sofrida para seu abandono. Lutaram (e lutam ainda hoje) por espaços de pertencimento, direitos, oportunidades, assim como pela valorização de suas identidades e culturas. Em meio a uma realidade tão adversa, renasceram; construíram sua própria história.

Sobre o *estar sendo surdo* como autor de suas identidades, alteridades e diferenças, Perlim (2003, p. 58) afirma:

Se nos consideramos surdos não significa que temos uma paranoia. Significa que estamos sendo o outro com nossa alteridade. Somos o surdo, o povo unânime reunido na autopresença da língua de sinais, da linguagem que evoca uma diferença de outros povos, da cultura visual, do jeito de ser. Somos alteridades provadas pela experiência, alteridades outras. Somos surdos!

Toda nossa caminhada como surdo foi feita por experiências numa linha diferente da linha ouvicêntrica que os “ouvintes” querem para nós. Houve transações entre nós, mas prevaleceu o signo do ser surdo na experiência, uma experiência que tem no diferente de ser o aspecto visual.



Entre a proposta do “ouvinte” e a proposta do surdo surge essa diferença de ser, esta diferença que é perpassada pela experiência única e intransferível de cada sujeito. Experiências vividas em cada tempo, em cada realidade, em cada situação, nunca repetidas por outros, nunca iguais. Eis as experiências surdas no estar sendo surdos.

Essas identidades – fluidas e plurais – são tecidas cotidianamente, a despeito de qualquer tentativa de imposição de modos ‘ouvintistas’ e normalizadores de vida. Esses modos de estar sendo surdos, destacados pela autora, incluem a questão da visualidade, que assume um papel central na formação do sujeito surdo, seja em suas vivências nos ‘*espaçotempos*’ de aprendizado e/ou nos modos de apreensão da realidade.

Dar visibilidade à comunidade surda, assim como conscientizar não só as pessoas, mas também os governos, em geral, da importância de ter Libras acessível em todos os lugares; inclusive, nos órgãos públicos constitui atitude de respeito e apoio à comunidade, no que se refere as suas aspirações, reivindicações, reconhecimento de sua língua, de sua cultura, na medida em que estimula o sentimento de pertença a um grupo e práticas solidárias e recíprocas, entre seus membros.

Esse processo de se reconhecer nos remete ao conceito de empoderamento, termo que, no Brasil, tem sido, em geral, empregado em dois sentidos: como o processo de mobilizações e práticas com vistas a promover e impulsionar grupos/comunidades por melhores condições de vida, aumentando sua autonomia; e (b) referindo-se a ações que visam à inclusão de pessoas carentes, dando-lhes condições mínimas de sobrevivência, mediante bens elementares e serviços públicos em sistemas geralmente precários, cujo atendimento é realizado através de projetos e ações de cunho assistencial (Gohan, 2004).

No entanto, nosso entendimento é o de que as pessoas se autoempoderam. Governos, profissionais ou agentes externos podem apenas catalizar ações ou ajudar na criação de espaços que favoreçam e sustentem processos e lhes permitam se transformar em sujeitos ativos, arquitetos de seu viver. Nas palavras de Lisboa (2008, p. 7), nesse processo, “as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir seus destinos”.

Em outras palavras, o empoderamento dá sustentabilidade aos movimentos de resistência política, voltados para promoção da autonomia e liberdade dos indivíduos



envolvidos, visando, sobretudo, à compreensão das causas subjacentes às formas opressivas de vida e ao seu engajamento em ações coletivas para transformá-las.

Com efeito, a cibercultura, cultura contemporânea, mediada pelo digital em rede na interação cidade/ciberespaço (Santos, E, 2019), por meio principalmente das redes sociais, vem contribuindo significativamente para o fortalecimento das identidades e, conseqüentemente, das diferenças. *Mas, como apreender e compreender essas manifestações que emergem nessas redes? Como nossa pesquisa foi pensada epistemometodologicamente?*

Inspirados nos pressupostos netnográficos (Amaral, Natal, Viana, 2008; Polivanov, 2013), mas não aprisionados a eles, e alinhados às abordagens da pesquisa com os cotidianos (Certeau, 2013; Andrade, Caldas e Alves, 2019), numa perspectiva multirreferencial (Ardoino, 1998), mantivemo-nos abertos ao acontecimento⁴ (Macedo, 2016), mergulhamos com todos os sentidos, olhando, ouvindo, cheirando, tocando, desenhando, fotografando, filmando, registrando, narrando e escrevendo. Assim, o campo foi se revelando, mostrando-nos várias possibilidades, pelas quais optamos durante a caminhada.

É nesse contexto que apresentamos este artigo, inspirado em pesquisa, realizada na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de compreender os usos que a comunidade surda faz das redes sociais para dar visibilidade as suas ações, com vistas a sua inclusão no cenário contemporâneo.

2. A constituição das identidades surdas e as relações de poder entre ouvintes e surdos

Durante muitos anos, a surdez foi vista numa perspectiva clínica, como uma deficiência a ser superada. A criança ouvinte era colocada como modelo de referência a

⁴ Na ótica de Macedo (2016), o acontecimento consiste num “*jogo-jogante, vida-vivente*, passível de ser observado e, com o qual se pode aprender; mas jamais ser produzido, de forma induzida. Diferentemente do jogo-jogado, que é estabelecido pela sociedade, e no qual há regras para serem seguidas e valores preestabelecidos pela sociedade, o jogo-jogante, propõe uma nova transformação no jogo jogado ou na organização social dada. Desse modo, requer olhar atento, para aprendermos *sobre e com* os sentidos e significados o que emerge nos cotidianos.



ser alcançada, e isso não era restrito aos livros. A escola, a família e a própria sociedade, de modo geral, nutria, e ainda nutre, em muitos momentos, uma expectativa de normalização do indivíduo diferente, na medida em que as pessoas carregam a crença do surdo como um ser humano inferior, incompleto e incapaz; um indivíduo *menor*, mesmo que não se deem conta, ou que não admitam para si mesmas. Olham para o surdo e só percebem a ausência de audição; e, daí, ‘tudo o mais’ ganha ares fantásticos de uma superação mirabolante.

Na busca por comunicação, muitos educadores e familiares de surdos valiam-se de gestos ‘inventados’, juntamente com a língua falada; prática considerada, hoje, inadequada, pois a não utilização de gestos-padrão acaba restringindo o círculo de contato, uma vez que o surdo não domina uma língua compartilhada por outros indivíduos, o que é fundamental para a constituição linguística e cultural desses sujeitos, e para sua formação identitária.

Na medida em que a identidade implica o processo de consciência de si próprio, que se constitui por meio das relações intersubjetivas, de comunicações linguísticas e experiências sociais, fortalece os movimentos em defesa dos espaços de pertencimento dos surdos. Desse modo, a surdez é vista, na atualidade, numa perspectiva socioantropológica, cujo foco está na diferença decorrente de um modo cultural próprio de se relacionar com o mundo (SKLIAR, 1997).

Sob essa ótica, a formação identitária do sujeito surdo perpassa, invariavelmente, a questão linguística desse indivíduo, dado que a linguagem – ou a sua ausência – afeta o crescimento intelectual, social e emocional dos sujeitos, que se organizam cultural e linguisticamente, de modo distinto da cultura hegemônica, o que implica formas outras de constituição da subjetividade e identidade (CROMACK, 2004).

Estudos, iniciativas e discussões acerca da educação de surdos têm se intensificado, a partir da promulgação da Lei n. 10.436, de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como o meio de comunicação oficial das pessoas surdas, e o Decreto nº 5.626 de 2005 (Brasil, 2005), que a sancionou, compreendendo que essa língua estabelece um importante papel na organização cognitiva, emocional e cultural desses indivíduos e, portanto, não basta ‘adaptar’ os métodos das pedagogias tradicionais



para atender aos surdos, mas é preciso valorizar sua singularidade linguística e cultural, procurar caminhos mais apropriados para o aprendizado.

É fato que as pessoas ouvintes tecem redes de poderes camufladas sobre o discurso da fala, da integração e do colonialismo, utilizando o argumento de autoridade para disciplinar e colonizar os surdos. Como exemplo dessa prática, podemos citar: (a) a implementação da política de inserção dos alunos surdos em salas de aula com alunos ouvintes, no pressuposto de que todos os surdos possuem o conhecimento da LIBRAS, o que é discutível; (b) a escola com suas filosofias de ensino oralista, bimodal e bilinguista, entre outras, gerando diferentes modelos de escolarização para o surdo; e, finalmente, a desinformação no meio familiar sobre o surdo, visto como um doente que necessita ser curado, ou seja, uma reprodução de uma ideologia contra a diferença. Todos esses mecanismos de poder reproduzem uma ideologia contra a diferença, passando a ideia de que a ‘fala’ e a ‘escuta’ constituem a *normalidade humana*. Com efeito, na dimensão cultural os sujeitos, considerados diferentes, ficam, em relação às suas identidades, à mercê do acultramento e do que lhes é imposto pelo mundo ‘ouvintista’.

Nessa perspectiva, a identidade surda se faz na proximidade com o outro que lhe é igual, pela força da identificação cultural, bem como da subjetividade que os atrai num processo de evolução e interação permanente, tendo em vista que os ouvintes não os compreendem. Desse modo, enfatizamos a necessidade de que a prática pedagógica seja coerente com os modos pelos quais os surdos aprendem. E eles aprendem visualmente, especialmente estimulados pelas redes sociais, ‘*espaçostempos*’ virtuais, nos quais indivíduos ou grupos, com diferentes propósitos, estabelecem relações, com base em processos colaborativos, mediados, em geral, por tecnologias de informação, tendo em vista enviar mensagens, e consumir, produzir e compartilhar informações e conhecimentos. Mais do que *estar* em rede, o importante é *fazer* em rede. Essas redes constituem ambiências formacionais⁵; ou seja:

⁵ Optamos por usar o termo ‘formacionais’, em substituição a ‘formativas’, pois como enfatiza Macedo (2010), a formação é um processo aberto, que se concretiza ao longo da vida dos indivíduos, que, em diferentes *ambiências*, vivenciam ambivalências e emoções, que os colocam em movimento e os impulsionam para a ação.



[...] situações de aprendizagem cocriadas nos espaçostempos híbridos em que se articulam os ambientes físicos e digitais (sala de aula presencial, ambientes virtuais de aprendizagem e redes sociais)”, (...) “onde se dinamizam diversas possibilidades de produção intelectual, de invenção, de constituição de rastros onde um coletivo assume, explícita e reinventa seu processo de formação” (SANTOS, R., 2015, p. 43).

Na perspectiva educacional, essas redes são configuradas na multiplicidade de tantas outras redes, afirma Alves (2012). Como uma ‘colcha de retalhos’ são tecidas em suas tramas por outras menores que se entrelaçam em linhas tão tênues que nem sempre se percebe com clareza onde se iniciam as características de uma, e onde terminam as de outras.

Conjecturando saberes e fazeres, nas perspectivas familiar, do bairro, dos afetos e desafetos, no espaço da escola, entre outros, essas redes estão presentes nos cotidianos dos indivíduos, estruturando suas formas de agir no e sobre o mundo. Do ponto de vista da educação e formação humana, têm um poder transformador sem precedentes. Contrapondo-se às mídias tradicionais de massa, não são apenas reprodutoras de identidades, mas geradoras das mesmas, como nos ensinam Soares e Rangel (2004), por acolherem as mais diversas vozes, por mais baixinhas e silenciosas que sejam, possibilitando o encontro de pequenos córregos, que individualmente talvez sejam rasos, mas podem muito em suas afluências. Ainda que os processos de globalização e midiaticização tendam, por força do capitalismo e do neoliberalismo, à uniformização planetária, possibilitam a emergência de novas identidades, seja nas relações de consumo, ou mesmo em outras formas de identidade política e cultural, construídas na reação ou nas brechas abertas por esses processos, estabelecendo outra relação entre saber, poder e identidade.

A esse respeito, destacamos, a seguir, um vídeo desses virais da *Internet*, no qual uma menina amputada ganha uma boneca com uma prótese: “Ela é igual a mim!”, exclama a menina, de 10 anos, e, chorando de emoção, abraça e beija o brinquedo, agradecendo por ter uma boneca igual a ela (Imagem 1). Isso nos leva a pensar: sim! Representatividade importa!



Imagem 1- “Ela é igual a mim!”

Fonte - Disponível em: <https://noticias.terra.com.br/mundo/videos/menina-chora-com-boneca-com-protese-ela-e-igual-a-mim,8111346.html>. Acesso em: 20 jan.2021.

2.1 A surdez que nos faz ouvir: as táticas de empoderamento

Ao usarem a língua dos sinais, que tem suas tradições culturais em experiências visuais, os surdos demarcam suas diferenças, tendo em vista preservá-las, e poderem viver, de forma condizente. Nessa perspectiva, constituem-se em seus aspectos linguísticos, a partir de elementos de empoderamento, assumindo diferentes ‘*espaçostempos*’ de aprendizagem e formação.

Candau (2009) afirma que o empoderamento começa por “liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social” (p. 7). Para a autora, ainda que não possamos construir e implantar o sentido de poder no *outro*, podemos oferecer-lhe experiências que oportunizem e favoreçam essa construção, por meio de ambiências formacionais (Macedo, 2020) mobilizadoras de mudanças. E é no âmbito das redes sociais que a comunidade surda tem defendido sua dignidade e buscado valorizar-se, socialmente, o que nos remete à ideia de empoderamento, no sentido freiriano (coletivo); uma visão de mundo alicerçada no diálogo crítico com a realidade, tendo em vista agir sobre ela e transformá-la, na busca de uma educação libertadora.

Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude



individualista no sentido do *empowerment* ou da liberdade (FREIRE; SHOR, 1986, p. 135).

O empoderamento coletivo, portanto, resulta de um processo de ação social, geradora de pensamento crítico em relação à realidade; o que favorece a construção da capacidade pessoal e social e possibilita a transformação de relações sociais de poder (BAQUERO, 2012).

E de que modo podemos fomentar esse tipo de experiência?

Acreditamos que alguns aspectos potencializados pelo digital em rede, como, por exemplo, a criação da TV INES, podem contribuir para criar essas ambiências formacionais, sustentadas em princípios, como: representatividade, protagonismo, autoria, emancipação e autonomia e, perpassando isso tudo, a questão linguística e cultural.

Graças à parceria INES/ACERP⁶, a TV INES, primeira WebTV em LIBRAS está *online*, desde 2013, contando com uma grade de programação bilingue desenvolvida em LIBRAS, com legendas e locução em áudio para que todos – surdos ou não – possam acessar os conteúdos, mediante multiplataformas (*Smart TV*, celular, *tablet*, entre outros), em qualquer lugar conectado a *Web*. O desafio diário de construir narrativas audiovisuais bilingues é encarado por uma equipe de profissionais de televisão surdos, ouvintes, tradutores intérpretes e profissionais do Instituto.

Seguindo o conceito de participação plena, a filosofia da WebTV tem os surdos como protagonistas. Eles estão ali representados e representando a comunidade surda, mostrando um perfil que não é o do ‘deficiente excluído’. Ele é autor e apresentador da programação. Não está sob as marcas ‘ouvintistas’ de criação televisiva, que coloca, por exemplo, uma pequena janela de intérprete que, às vezes, mal pode ser vista. O surdo ocupa a tela inteira. E essa ocupação não só é real e concreta, mas também simbólica (Imagem 2).

⁶ INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos /ACERP - Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto

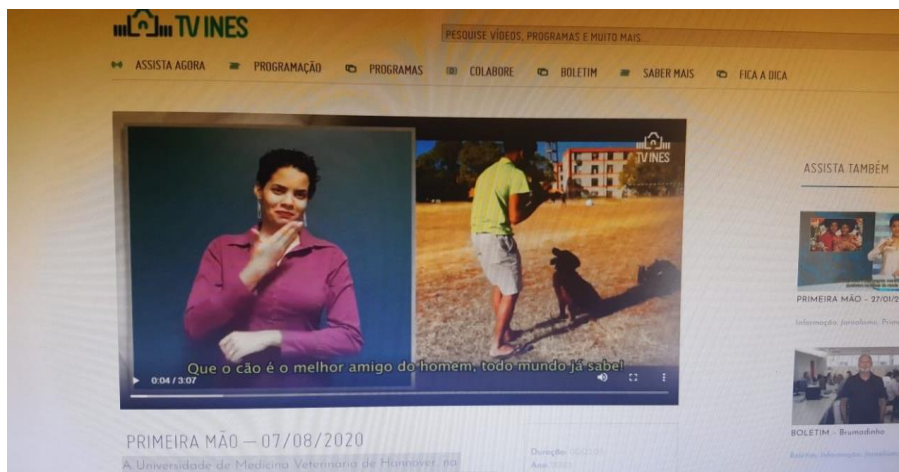


Imagem 2 - TV INES – Jornal Primeira Mão (20 ago. 2020)

Fonte: Disponibilizado em: <http://tvines.org.br/?p=21100>. Acesso em: 20 jan. 2021

É válido destacar que as possibilidades de expressão, potencializadas pelas redes, são intencionalmente compartilhadas pelos surdos, para dar visibilidade. Indicam que, de algum modo, eles estão não apenas consumindo, mas produzindo informações e conhecimentos. Indicam, ainda, que a maior facilidade de produção e veiculação de conteúdos, possibilita novas formas de ativismo. Essa é outra marca importante na luta por empoderamento.

Fonseca (2016, p. 2) define como ativismo “toda ação resultante de um descontentamento contra as estruturas hegemônicas do poder que leva às expressões individuais ou coletivas com o intuito de dar visibilidade a uma causa”. No caso específico das comunidades surdas, essa visibilidade, conquistada nas redes sociais, tem gerado mudanças e impactado a vida cotidiana também dessas redes. Em 2018, um vídeo feito por uma professora e sua turma de alunos surdos, sob o título “O Brasil que o Estado do Pará quer para o futuro” (Imagem 3), foi veiculado no Jornal Nacional, pela rede Globo de televisão, como parte da campanha “O Brasil que eu quero” (Imagem 3).

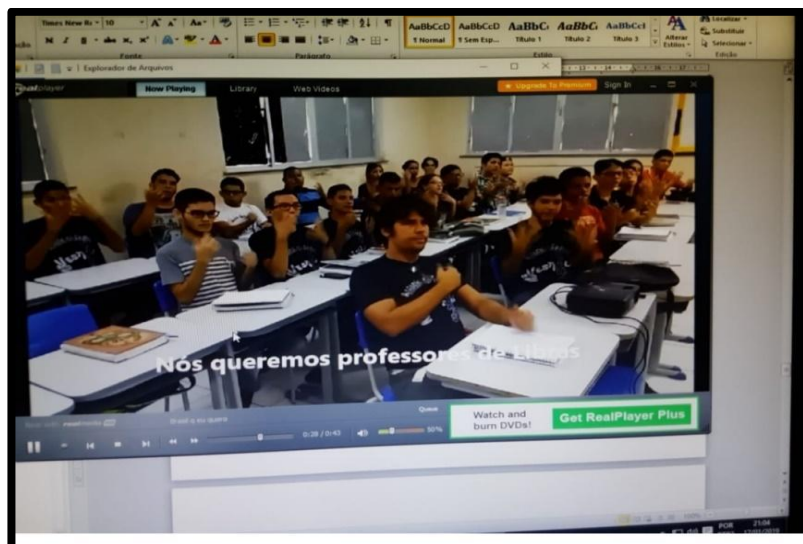


Imagem 3 - Vídeo - “O Brasil que o Estado do Pará quer para o futuro”.

Fonte – Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=786347314887209>. Acesso em: 20 jan. 2021.

No vídeo, a professora Leilane Monteiro, de Belém-PA, aparece junto com sua turma sinalizando “nós queremos um Brasil com inclusão. Nós queremos LIBRAS em todas as escolas. Nós queremos professores de LIBRAS. Nós precisamos de legendas e intérpretes. E esse é o Brasil que queremos para o futuro”.

Com mais de 130 reações – entre curtidas, corações e carinhas de espanto – vários surdos comentaram a postagem, apresentando suas opiniões sobre o vídeo. Alguns comentários indicavam insatisfação com a escola inclusiva, em função de ‘nada ter aprendido’; outros inseriam um *emoticon* de espanto para demonstrar que não concordavam, e ainda, outros também comentou o *post* sobre o vídeo. Para uma internauta a experiência inclusiva foi positiva. Mesmo já tendo estudado em uma escola para surdos (o INES), ela afirma que achou a opção melhor do que a proposta bilíngue que vivenciou, pois aprendeu mais coisas.

As iniciativas de criação de sinalários, manuários e aplicativos tradutores em LIBRAS, despontam, ainda, como uma conquista significativa para a comunidade surda, e para todos os demais interessados em aprender a comunicação gestual, a partir dos princípios colaborativos da cibercultura. O projeto “Sinalizando a Física”⁷,

⁷ Publicado em 2010, pela Universidade Federal do Mato Grosso, sob a licença *Creative Commons*, e distribuído gratuita e livremente em PDF pela *Internet*.



disponibilizado como material de apoio para as aulas de professores e formação de intérpretes, como mostra a Imagem 4, adiante.

O material se refere a uma língua viva, em constante mudança; ou seja, admite que os sinais podem sofrer modificações pelo uso. Composto de três volumes com centenas de verbetes agrupados em grandes temas na área da física é dedicado à comunidade surda, que “mesmo vivendo no século XXI, ainda é obrigada a lutar por um direito básico presente em diversos discursos, mas carente de ações: a Educação”

De forma semelhante, outras instituições estão produzindo materiais temáticos, de livre acesso e contando com a colaboração do público usuário. Pode até parecer uma conquista pequena, limitada, mas quanto mais língua e mais comunicação, mais e novas formas de criar pensamentos e conhecimentos.

1 - Vocabulário de Física

1.1 - Ciência: a ciência é compreendida como uma atividade humana, em constante transformações e suscetível a erros. Seu objetivo se caracteriza pela busca da compreensão da natureza, sendo que o estudo dos fenômenos na natureza obedece a um método científico.

3 vezes

1.2 - Física: é uma ciência que se dedica ao estudo e à explicação dos fenômenos do Universo.

3 vezes

1.2.1 - Termodinâmica: parte da física que estuda os intercâmbios de calor e de trabalho que se produzem entre um sistema e seu entorno que origina variações na energia interna do mesmo.

1a

1b

1c

1d

Imagem 4 –Projeto “Sinalizando a Física”: Livro sobre Física

Fonte - Disponível em: <https://sites.google.com/site/sinalizandoafisica/vocabularios-de-fisica>. Acesso em: 06 jan. 2021.



De modo proeminente, o horizonte que se delineia talvez traga as flores de uma ‘Primavera Surda’, à semelhança do movimento intitulado ‘Primavera Árabe’. E ela não virá pela ‘mão’ do ouvinte colonizador, mas será gerida e regada pelos milhares e milhares de mãos surdas desse mundo.

Considerações Finais

Além da importância para o empoderamento e fortalecimento da identidade cultural surda, de elementos como representatividade, protagonismo, autoria, emancipação e autonomia, mencionados ao longo deste artigo, questões linguísticas e culturais também são essenciais.

Pensar a língua como parte fundamental e estruturante dos indivíduos já não é novidade há muitas décadas. E à medida que a comunidade surda conquista novos espaços, o fazem linguisticamente também. Por exemplo, se em outro tempo histórico a maioria dos surdos não chegava a cursar uma universidade – pelas inúmeras formas de exclusão a que estavam submetidos – hoje, com o ingresso crescente dessa população nos cursos de graduação e pós-graduação, cada vez mais será necessário que se ampliem e parametrizem os sinais referentes aos vocabulários acadêmicos.

Nesse sentido, podemos perceber uma contribuição significativa *da Internet* e do digital em rede para as línguas de sinais e as comunidades de surdos ao redor do mundo. Como exemplificamos anteriormente, é possível acessar conteúdos em língua de sinais dos mais diversos países. Os inúmeros vídeos e materiais visuais produzidos e compartilhados em rede fortalecem o desenvolvimento linguístico das pessoas que podem ampliar seu repertório comunicativo. Esse é um ganho significativo, pois a Língua de Sinais, uma vez inserida na cultura do país, acaba auxiliando no fortalecimento da autoestima do surdo, constituindo-se num instrumento de poder.

Referências

ALVES, Nilda. *Políticas e cotidianos em redes educativas e em escolas*. XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – ENDIPE/UNICAMP – Campinas, 2012.



ANDRADE, Nívea; CALDAS, Alessandra Nunes; ALVES, Nilda. In OLIVEIRA, Inês Barbosa de; SUSSUKIND, Maria Luiza; PEIXOTO, Leonardo (Orgs). *Estudos do cotidiano, currículo e formação docente questões metodológicas, políticas e Epistemológicas*. Curitiba: CRV, 2019.

ARDOÍNO, Jacques. Pesquisa multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: Barbosa, Joaquim (Coord.). *Multirreferencialidade nas ciências sociais e na educação*. São Carlos: UFScar, 1998.

BAQUERO, Rute. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. *Revista Debates*. Porto Alegre, jan.-abr. 2012, v. 6, nº 1, p.173-87. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099>. Acesso em 06 dez. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 20ª ed.. Vozes, 2013.

CANDAU, Vera Maria. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. 2009. *Educação e Sociedade*. Campinas, jan./mar. 2012, v.33, nº118. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000100015. Acesso em: 06 dez. 2018.

CROMACK, Eliane Maria Polidoro da Costa. Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, dez. 2004, [sol.], v. 24, nº 4, p. 68-77. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932004000400009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000400009. Acesso em: 24 out. 2018.

FONSECA, Lucas Milhomens. Ciberativismo na Amazônia: os desafios da militância digital na floresta. In: Silveira, Braga, P. (Org.). *Cultura, política e ativismo nas redes digitais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.



GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Revista Saúde e Sociedade*, maio/ago. 2004, v.13, n. 2, p.20-31.

LISBOA, Teresa Kleba. *O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais*. Anais do SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER. Florianópolis, SC, Brasil, 2008.

MACEDO, Roberto Sidnei. *A pesquisa e o acontecimento: compreender situações, experiências e saberes acontecimentais*. Salvador: EDUFBA, 2016.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Formação de professores, educação online e democratização do acesso às redes*. Live. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UD0KrPkHBiY>. Webconferência, 21.05.2020. FEUFF.

PERLIN, Gládis Teresinha Taschetto. *O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SANTOS, Edméa. *Pesquisa-formação na cibercultura*. EDUFPI, 2019. Disponível em: http://www.edmeasantos.pro.br/assets/livros/Livro%20PESQUISA-FORMA%C3%87%C3%83O%20NA%20CIBERCULTURA_E-BOOK.pdf. <http://www.edmeasantos.pro.br/assets/livros/Livro%20PESQUISA>. Acesso em 24 mai. 2020.

SANTOS, Rosemary. *Formação de formadores e educação superior na cibercultura: itinerâncias de grupos de pesquisa no Facebook*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, 2015.

SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, C. (Org.). *Educação e exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997, p. 105-153. (Cadernos de autoria, 2).

SOARES, Maria da Conceição Silva; RANGEL, Vanessa Maia Barbosa de Paiva. *A mídia como geradora de identidade e história*. II ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO. GT História do Jornalismo. Florianópolis, 2004.